

# A LÍNGUA É MACHISTA? REFLEXÕES SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO NOS ESTUDOS GRAMATICAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Dalva Patricia de Alencar (UFCG)<sup>1</sup>  
Alanna Rodrigues Neri Cunha (UFCG)<sup>2</sup>

Daise Lilian Fonseca Dias (UFCG)<sup>3</sup>  
Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa (UFERSA)<sup>4</sup>

**Resumo:** O discurso dominante na esfera política, social e cultural, tradicionalmente tem sido facultado ao homem. Somente a partir do século XIX, com o início dos movimentos feministas de forma mais sistemática e organizada, é que pretendeu-se refletir de modo mais amplo e efetivo, sobre as relações entre o que as mulheres pensavam/pensam e o que a sociedade exigia/exige delas. Apesar de muitos direitos terem sido conquistados até aqui, ainda existe, nos países que falam a Língua Portuguesa, por exemplo, uma “bolha” que, vista numa perspectiva feminista, pode-se afirmar que enclausura e “isenta” a gramática das questões de gênero. Considerando isto, o objetivo deste artigo é debater questões sexistas relacionadas à constituição da Língua Portuguesa, tendo como base os Estudos Feministas e os Estudos Gramaticais, sobre certas questões que envolvem o gênero gramatical feminino e suas implicações na representatividade da mulher e do homem na sociedade. Para tanto, serão discutidos aspectos pertinentes às demarcações de masculino e de feminino utilizadas pelas gramáticas tradicionais, aos conceitos de gênero e de sexo, e às incongruências nas adjetivações de homem e de mulher. A proposta é analisar como essas situações podem perenizar na comunidade linguística um comportamento machista, desigual e sexista. Para fundamentar a pesquisa, serão utilizados postulados crítico-teóricos de Lauretis (1994), Bagno (2007), Mussalin-Bentes (2006), Labov (2008), dentre outros. As discussões apontam para a necessidade e a relevância de se construir um olhar crítico em relação à gramática da Língua Portuguesa, sobretudo por parte do professor, com vistas à promoção de uma consciência de gênero nos alunos, sobretudo pelo fato de que o uso e a normatividade das línguas envolvem questões de poder e ideologia, que atravessam as relações de gênero e classe. Este tipo de perspectiva crítica sobre a linguagem levará o aluno a refletir sobre aspectos sociais da linguagem, sobretudo no contexto das interações discursivas.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa; gramática; sexismo; gênero.

## Introdução

O discurso dominante na esfera política, social e cultural, tradicionalmente tem sido facultado ao homem. Somente a partir do século XIX, com o início dos movimentos feministas de forma sistemática e organizada, é que pretendeu-se refletir sobre as relações

<sup>1</sup> Mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal de Campina Grande – PB. dalvap.alencar@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Federal de Campina Grande – PB. alannacunha@live.com

<sup>3</sup> Professora da Universidade Federal de Campina Grande – PB. daiselilian@hotmail.com

<sup>4</sup> Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – RN.

entre o que as mulheres pensavam/pensam e o que a sociedade exigia/exige delas. Apesar de muitos direitos terem sido conquistados até aqui, ainda existe, nos países que falam a língua portuguesa, por exemplo, uma “bolha” que, vista numa perspectiva feminista, pode-se afirmar que enclausura e “isenta” a gramática das questões de gênero. Partindo dessa premissa, este artigo se propõe a observar e a refletir acerca de como o gênero gramatical feminino tem sido apresentado/trabalhado nas gramáticas tradicionais, e como as incoerências no trato desse conteúdo podem perpetuar um comportamento social machista, desigual e sexista, em relação às mulheres.

É evidente que linguagem e sociedade estão intimamente relacionadas. Comunicar-se é inerente ao ser humano, e em sociedades letradas como a brasileira as palavras assumem um papel fundamental não apenas na interação entre as pessoas, mas também na demarcação de poder. Sob um viés político, por exemplo, a língua pode ser utilizada como materialização de ideologias, ou ainda como arma de opressão e dominação cultural e/ou política. Assumindo essa mesma perspectiva, a língua pode se apresentar igualmente como um instrumento simbólico na construção de identidades de gênero, a partir de mudanças linguísticas, que valorizem os espaços conquistados por grupos sociais até então marginalizados, como é o caso das mulheres.

Diante do exposto, este trabalho se justifica pela necessidade de se discutir as questões de gênero a partir da gramática tradicional, como caminho para a desconstrução de uma língua marcadamente fundamentada nas estruturas patriarcais, que traduz e enraíza a supremacia masculina. Ademais, discorrer sobre as incongruências da língua no que diz respeito às demarcações de masculino e feminino, é também refletir acerca dos espaços de representação da mulher em nossa sociedade.

## **Metodologia**

Esta pesquisa é fruto de um estudo desenvolvido durante a disciplina de *Gramática e Ensino*, no curso de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. A escolha da temática deu-se, essencialmente, pela necessidade de um olhar mais bem direcionado ao estudo da classificação das palavras quanto ao gênero gramatical, a partir dos estudos de gênero. Isso posto, deve-se destacar que o presente trabalho parte, a princípio, de um levantamento bibliográfico sobre os estudos de gênero e sua relação com a gramática, no tangente à demarcação de gênero feminino e masculino. Entendendo-se aqui pesquisa bibliográfica como o procedimento de ampliar o conhecimento sobre um

determinado assunto, a partir da busca de informações, através de levantamento de dados científicos, no intuito de identificar o que já foi construído sobre o tema em questão (FERRAREZI JUNIOR, 2013).

A abordagem da nossa pesquisa é qualitativa, à medida que se preocupa em compreender e interpretar de que modo as incongruências existentes no trato da marcação de gênero gramatical masculino e feminino podem promover uma educação linguística arcaica, machista e sexista. Esta perspectiva qualitativa “significa que o pesquisador faz uma interpretação dos dados. Isso também significa que o pesquisador filtra os dados através de uma lente pessoal situada em um momento sociopolítico e histórico específico” (CRESWEL, 2007, p 186-87).

### **Referencial teórico**

Como é de conhecimento público e notório, as línguas variam em todo mundo. No caso específico da língua portuguesa, essa mudança também ocorre, entretanto, isto não impede a compreensão entre os seus falantes nos mais diversos países onde ela é falada. Todas as pessoas que falam uma determinada língua conhecem suas estruturas gerais, básicas, de funcionamento, as quais podem sofrer variações devido à influência de inúmeros fatores. Assim, as modificações apresentadas pela língua dentro do seu próprio sistema são denominadas de variações linguísticas. Para Mussalin & Bentes (2006, p. 34), “de uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica ou diatópica e a variação social ou diastrática”. Ambas se configuram da seguinte forma:

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores e que têm a ver com a identidade dos falantes, e também com a organização sociocultural da comunidade de fala (MUSSALIN & BENTES, 2006, p. 34).

A variação regional é facilmente percebida na fala de um carioca ou de um cearense, por exemplo, a palatalização do / t / e / d / antes da vogal [i], como acontece na palavra <dia> [ˈdʒiɐ] na fala dos cariocas, já nos cearense ocorre a abertura das vogais pré-tônicas [e] e [o], em outros casos, acontecem trocas fonéticas de [e] para [i] (vogal) ou [j] (semivogal), como nas palavras "cearense" [sja'rɛsi] e "segunda" [si'gũdɐ]. Ou ainda

pode ser percebida no léxico, como nas variações da palavra *mandioca* (em São Paulo), também conhecida como *aipim* (no Rio de Janeiro) e *macaxeira* (no Nordeste).

Já em relação aos aspectos sociais, Mussalin & Bentes (2006) salientam que alguns fatores são determinantes nesse processo, tais como, classe social, idade, sexo, situação ou contexto em que está inserido. As mulheres, por exemplo, são mais conservadoras no modo de falar, enquanto os homens, de modo geral, usam uma linguagem menos padrão para evidenciar sua masculinidade. A faixa etária também determina o modo de falar, os jovens usam uma linguagem menos conservadora, cheia de gírias, diferente das pessoas mais velhas. Nessa perspectiva, a identidade do falante está relacionada aos fatores supracitados, bem como ao seu modo de falar. O resultado é um processo, muitas vezes, discriminatório e taxativo em relação às mais diversas formas de expressão de grupos sociais marginalizados.

## **Resultados e Discussão**

Em uma sociedade estruturalmente machista e patriarcal, é comum que a língua assuma também a aparência e o conteúdo dessa organização social. Em situações assim não é raro que o gênero feminino na maioria das línguas, por exemplo, dissolva-se por detrás do masculino, no nível do dito, do explícito. Contudo, ao longo do tempo, a mulher assumiu novas atribuições e integrou-se à vida pública, deixando de ser uma mera reprodutora – biológica, linguística e social –, assumindo seu lugar nas transformações da comunidade na qual está inserida, sobretudo por meio do seu trabalho nas mais diversas funções e instâncias do poder. Esta questão histórica moderna, conseqüentemente, passou a chamar a atenção dos linguistas para um estudo dessa variante.

Diversos estudos, a exemplo daqueles empreendidos por Paiva (2004) e Leite & Callau (2002), foram feitos levando em consideração o gênero, visto que é um fator significativo para processos variáveis de diferentes níveis (fonológico, morfossintático, semântico). Percebe-se que “as diferenças mais evidentes entre a fala de homens e de mulheres se situam no plano lexical” (PAIVA, 2004, p. 33). Esta questão pode ser ilustrada em relação a algumas palavras usadas mais pelos homens, como gírias e palavrões. Este fato aparece como corriqueiro nas relações interpessoais. Todavia, igual tratamento social não é conferido às mulheres em situações semelhantes de uso da fala, de sorte que ela é cobrada e analisada, de modo diferenciado, pelas expressões que utiliza

nas suas interações comunicativas, uma evidente distinção no que diz respeito às relações de gênero. Neste sentido, observa-se claramente uma distinção entre linguagem adequada para o homem e linguagem adequada para a mulher, enquanto o homem pode usar palavras ofensivas/palavrões sem causar malefícios para ele, a mulher se fizer a mesma coisa é vista de forma negativa.

Neste sentido, observa-se que “o papel social que o homem ou a mulher exercem irá influenciar em seu comportamento linguístico” (PAIVA, 2004, p. 41). Quando as pessoas possuem um poder econômico maior, precisam utilizar a forma padrão da língua, pois a língua também é questão de status. Na maioria das vezes, quando alguém comete muitos desvios no uso da norma padrão é considerada como pertencente à classes econômicas baixas, pois existe o preconceito relacionado a classe social dos falantes.

Quando as mulheres assumem suas vozes na esfera pública, por meio do exercício político, valores tradicionais como o patriarcalismo passam a ser amplamente questionados e revistos. Temos como exemplo, o caso da palavra *presidente*, a qual tem duas possibilidades para o gênero gramatical feminino – *a presidente* ou *a presidenta* –, sendo que *presidenta* só passou a ser utilizada quando, após vários anos de república com presidentes homens, tivemos uma mulher ocupando o cargo. Apesar das duas formas serem aceitas, percebe-se que algumas pessoas preferem uma à outra para a referência à presidenta, e dependendo da escolhida denota a atitude subjetiva, de apoio ou de rejeição à causa feminina.

Segundo Labov (2008, p. 347) as mulheres “são mais sensíveis aos padrões de prestígio”, enquanto os homens preferem a não padrão. Mas quando surge uma nova variação, as mulheres estão mais propensas a usar formas inovadoras. Ele defende que essa diferenciação sexual tem um papel importante na evolução linguística. São as consequências sociais, ideológicas e culturais manifestadas em todas as comunidades, a partir das variações linguísticas, como bem coloca Bagno em sua obra *Nada na língua é por acaso* (2007).

Para avançarmos nas reflexões, é necessário, antes, compreender, alguns conceitos postulados em nossa sociedade. O primeiro deles, diz respeito aos termos gênero e sexo. O conceito de gênero surgiu a partir dos movimentos feministas, que traziam em seus ideais as discussões em torno das relações sociais existentes entre homens e mulheres. Neste sentido, deve-se destacar que as teorias críticas feministas sofreram uma revolução na década de 1980, quando estabeleceram o conceito de “gênero”

como categoria de análise. Isso significa que o foco deste campo do saber anteriormente estava ajustado à questão da mulher, fato que retardou uma maior aceitação destas novas teorias por parte da academia, sobretudo pelo seu viés que era visto como limitado e, por vezes, extremista, em favor das mulheres. Ao passo que adotar uma perspectiva voltada para questões de gênero significa olhar para a construção histórica e cultural do feminino e do masculino, apesar de que, dentro dos estudos feministas, a principal preocupação continue sendo o estudo de questões relacionadas às mulheres, em razão das limitações históricas imposta a elas.

Ora, o conceito de gênero é interdisciplinar, e Lauretis (1994, p. 209) destaca que ele é intrinsecamente

um termo classificatório, uma categoria gramatical pela qual palavras e outras formas gramaticais são classificadas de acordo não só com sexo ou com a ausência de sexo (categoria específica denominada 'gênero natural' e típica da língua inglesa).

Mas também diz respeito “ao aspecto morfológico do que se conhece como gênero gramatical. Isso conforme encontrado nas línguas românicas” (DIAS, 2008, p.08). Além disso, Lauretis (1994, p. 210) pontua que ele está ligado à questão de “classificação do sexo ou a sexo.” Dias (2008, p. 09), por sua vez, ressalta que aquela teórica identificou uma ligação estreita entre gramática e sexo, inexistente em línguas românicas, fato que tornaria inviável a adoção de “uma postura internacionalista, para não dizer universal, diante da teorização sobre gênero,” notadamente pelo fato de que se está questionando “o conceito de gênero e a questão da relação entre gênero humano e representação,” visto que são intraduzíveis nas línguas românicas (LAURETIS, 1994, p. 209).

No entender de Lauretis (1994, p. 210), o termo gênero diz respeito à 136 representações de uma relação. Isto significa que a forma como se compreende

culturalmente o masculino e o feminino enquanto categorias complementares, mesmo que elas se excluam mutuamente, e nas quais os seres humanos são classificados, formam de acordo com cada cultura, um sistema simbólico que envolve significações de gênero “que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais” (DIAS, 2008, p.10).

Nesse sentido, apesar das variações de significado nas culturas “qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em

cada sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 211). Isto quer dizer que, culturalmente, a construção do sexo em gênero perpassa questões de desigualdade social, já que ele é “um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio) a indivíduos dentro de uma sociedade” (LAURETIS, 1994, p. 211), e está atravessado por ideologias. Ademais, a questão de gênero também envolve uma representação que é a sua construção, a qual atua tanto na mídia, quanto nas escolas, como em instituições (família, academia, etc).

E aqui, faz-se necessário diferenciar *gênero* de *sexo*. De acordo com Pierucci (2007, p.34) “sexo é o substrato biológico sobre o qual são construídas as práticas socioculturais de gênero”, ou seja, nesse enquadramento, *gênero* se expressa como algo construído socialmente e *sexo* como um dado biológico. Para as gramáticas tradicionais, e de acordo com o dicionário *Houaiss Conciso* (2011, p. 471), a palavra gênero gramatical refere-se a uma categoria que classifica as palavras em masculino, feminino e neutro.

A questão é que há uma grande contradição quando trabalhamos a flexão de gênero, a partir da gramática tradicional. Esses materiais não fazem distinção entre os termos *sexo* e *gênero*, uma vez que apresentam teorias que consideram o gênero apenas sob seu aspecto natural e não social. Câmara Júnior (1970, p. 89) afirma que “mulher é sempre feminino, ao passo que outro substantivo, a ele semanticamente relacionado – homem – é sempre do gênero masculino”. Como podemos entrever na citação, há uma associação errônea e contraproducente, acerca das designações de *sexo* e de *gênero*, que colocam o sexo masculino em condição de superioridade, ao passo que a mulher não passaria de uma variação, nesse caso, comprovando que os estudos gramaticais trazem um posicionamento marcadamente sexista ao não distinguirem, em suas explicações, o gênero (gramatical) e o sexo dos indivíduos.

Câmara Júnior (2004, p. 88) refuta essa questão ao declarar que existe uma “incompreensão semântica” ao tratar do mecanismo da flexão de gênero:

[a flexão de gênero] costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações fundamentais. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas ‘coisas’, como casa, ponte, andaiá, femininos, ou palácio, pente, sofá, masculinos. (...) Depois, mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não

poucas vezes. Assim, testemunha é sempre feminino, quer se trate de homem ou mulher, e cônjuge, sempre masculino, aplica-se ao esposo e à esposa.

Além disso, há ainda uma outra questão importante e que diz respeito a supremacia do gênero masculino quando se trata de referir-se a um grupo de pessoas mistas, como quando se dá preferência a utilização do masculino como concordância geral. Como aponta Caldas-Coulthard (2007, p. 237):

Gramaticamente, dar prioridade a um gênero é obviamente mais simples. Isso pode não ser importante quando falamos de carros e bicicletas, mas quando falamos de 1 milhão de mulheres e um homem pelo pronome masculino ‘eles’, esta escolha pode ser interpretada como discriminatória e pode ter consequências sociais importantes. O Português usa o sistema de primazia do masculino também em pares de palavras de gêneros diversos que se referem aos mesmos papéis quando colocados juntos – pai e mãe, filho e filha, rei e rainha. Isto indica que a mulher vem sempre ‘depois’ do homem.

As diferenças biológicas existem, mas não são apenas elas que determinam o que é do sexo masculino e o que é do sexo feminino. A identidade de cada um é influenciada pelo meio, pelos costumes, pelos valores, ou seja, pelos signos sociais. Desde criança, somos ensinados como homens e mulheres devem se comportar, que atividades devemos desempenhar etc. E a gramática tradicional como “produto intelectual de uma sociedade aristocrática, machista, escravagista, oligárquica, fortemente hierarquizada, [...] adotou como modelo de língua exemplar o uso característico de um grupo restrito de falantes” (BAGNO, 2007, p. 67). Isso nos mostra o quanto existe de assimetria em nosso código e como as escolhas gramaticais podem ser manipuladas, consoante determinadas ideologias. Por esse motivo, desenvolvemos nosso estudo tomando como *fato linguístico* a observância de determinadas palavras da língua portuguesa assumirem um caráter pejorativo quando se referem ao sexo feminino.

Bagno (2007) argumenta que a língua não pode ser considerada apenas um meio de interação comunicativa. Ao contrário disso, ela deve ser vista como um poderoso instrumento de controle social, que a depender de como é utilizada, pode suscitar na preservação ou na ruptura das identidades individuais e dos vínculos sociais. Partindo desse entendimento, a língua assume o papel fundador de refletir a sociedade falante, e,

portanto, transmitir as ideologias que imperam nela. Isso inclui também, ser reflexo das desigualdades e discriminações de gênero, tão comuns em nossa comunidade linguística.

Para ilustrar melhor essa questão, trouxemos um quadro exemplificativo, que apresenta algumas palavras atreladas aos seus respectivos significados, a depender se se referem ao sexo masculino ou feminino. Vejamos:

<p><b>Governanta:</b> “a que dirige os empregados de uma casa” <b>Governante:</b> “o que dirige um país” <b>Mundana:</b> puta, prostituta, meretriz. <b>Mundano:</b> frívolo, fútil, elegante, cosmopolita, conhecedor, experiente Fonte: <i>Manual para uso não sexista da linguagem</i> (FRANCO e CERVERA, 2006, p.22).</p>
---

O que se pode entrever do quadro acima é que há uma distinção no sentido das adjetivações atribuídas ao gênero masculino e feminino. Diferenças que demarcam bem a discriminação sofrida pela mulher. Há uma definição extremamente pejorativa para a mesma palavra, quando esta refere-se ao sexo feminino. São vocábulos utilizados de forma preconceituosa, comprovando que continuamos a manter a estrutura de uma sociedade patriarcal e machista. Ou seja, a figura masculina sempre se apresenta de modo conveniente, em detrimento de uma outra figura – a feminina – que se mostra inferiorizada ou pomenorizada em suas definições. De acordo com Teresa Meana (*apud* FRANCO e CERVERA, 2006, p. 14):

os efeitos que produzem na língua o sexismo e o androcentrismo poderiam ser agrupados em dois fenômenos. Por um lado, o silêncio sobre a existência das mulheres, a invisibilidade, o ocultamento, a exclusão. Por outro, a expressão do desprezo, do ódio, da consideração das mulheres como subalternas, como sujeitos de segunda categoria, como subordinadas ou dependentes dos homens.

Outro exemplo mais recente é a expressão popular *piriguete*, um termo insultuoso para designar a mulher que demonstra interesse por outras pessoas, sejam elas casadas ou solteiras, sendo vista, pela sociedade, de forma negativa. Em contrapartida, o homem que se encaixa nessas mesmas características e atitudes é comumente visto, principalmente, por outros homens, de maneira positiva, como alguém galanteador. E, apesar de ser uma gíria e estar à margem dos padrões gramaticais, o termo em questão apenas confirma o quanto o uso dessas palavras reflete o tratamento desigual e discriminatório dado às mulheres. Nesse âmbito,

é necessário demonstrar que não são propriamente as características, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino e o que é masculino, em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres em uma sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 2008, p. 21).

Ora, é através da linguagem que aprendemos a nomear todos seres – animados e inanimados – a nossa volta. E é a partir dela como instrumento social que reproduzimos e reforçamos as relações desarmônicas, hierárquicas e desiguais entre os sexos. Visto que língua e sociedade fazem parte de um mesmo processo, e que uma é reflexo da outra, convém nos questionar sobre que efeitos essa concepção de língua pode provocar em nossa sociedade, e de que maneira essa mesma língua pode frear comportamentos machistas.

Neste particular, deve-se destacar que, durante muitos séculos, a mulher foi vista como propriedade, primeiramente do pai e, depois, do marido. Enclausuradas e silenciadas dentro de um sistema patriarcal e marcado por um discurso machista, as relações de gênero ainda tem sido assinaladas pelo poder e por estruturas sociais que cristalizam o feminino e o masculino sob uma visão hierárquica e desigual. E mesmo após as conquistas oriundas do movimento feminista, as mulheres ainda vivenciam a língua como ferramenta de exclusão e submissão, num mundo que reproduz o machismo a partir dela, fato que interfere diretamente no desenvolvimento de uma sociedade justa e equânime para todos e todas. Sobre essa questão, Gonçalves (2018, p. 107) coloca:

refletindo as divisões descabidas de uma sociedade desigual, a língua promove, sim, uma manutenção do chauvinismo masculino. O fato é que uma linguagem sexista nos faz, ainda que inconscientemente, endossar posicionamentos com os quais muitas vezes discordamos. É muito difícil falar sobre propostas para um mundo onde exista igualdade se a própria linguagem utilizada para transmitir essa ideia traz as cicatrizes dessa desigualdade em seu imo. Nossa linguagem, sexista em sua concepção, comporta estruturas discriminatórias e estereotipadas com relação ao gênero.

Uma vez que a língua não é estática, e está em constante transformação, é justamente por esse motivo que ela deve ser repensada e reformulada a partir das

necessidades da sua comunidade linguística. Uma sociedade verdadeiramente democrática reconhece e combate elementos enraizados como senso comum, que reverberem práticas discriminatórias. Além disso

é verdade que, no senso comum, ainda circulam com muito vigor as ideologias machistas, sexistas, racistas etc., mas não é por isso que nós, cidadãos e cidadãs conscientes vamos permitir que as práticas inspiradas nessas ideologias continuem impunes (BAGNO, 2007, p. 82).

Sendo assim, da mesma forma que uma língua é capaz de criar estereótipos e transmitir um pensamento de superioridade em relação ao outro, essa mesma língua deve ser apta a (re) construir valores e ideais que supram as necessidades de uma sociedade que se renova, buscando expressar a igualdade entre os seus falantes. Para tanto, faz-se necessário repensar seus usos, promovendo uma reeducação da comunidade linguística, que não pode mais reproduzir as mesmas ideologias arcaicas e preconceituosas de outros tempos.

### **Considerações Finais**

Refletir sobre a língua é algo que deve ser feito rotineiramente pela comunidade linguística, pois, sendo o principal instrumento de interação utilizado pelos seres humanos, a linguagem necessita estar adequada aos propósitos comunicativos dos falantes, bem como acompanhar os processos transformativos pelos quais toda sociedade passa. Isso inclui não apenas a mecânica do surgimento de novas palavras e expressões e o desuso de outras. Trata-se de reconhecer a língua e seu desenvolvimento como reflexo das organizações sociais. Há, portanto, uma reconstrução político-social que avança, e há também uma reconstrução da sexualidade que resiste às hierarquias e à estrutura patriarcal ainda dominantes em nossa sociedade. A liberdade para se expressar e demonstrar seus pensamentos conquistada pela mulher no transcorrer da história é exemplo dessa evolução cultural, em que as questões de gênero ganham visibilidade e, conseqüentemente, a voz feminina ganha espaço e vez na comunidade.

Assumindo essa perspectiva, cabe refletir acerca das questões que envolvem os estudos de gênero e as incongruências no trato do gênero gramatical feminino. Se a língua é reflexo de quem a utiliza, as mulheres devem ter garantidos seus espaços dentro e fora das gramáticas tradicionais, de forma equânime e não discriminatória. É preciso enxergar a língua em todo o seu dinamismo e não enraizá-la em conceitos retrógrados que

perpetuam o machismo e as desigualdades, promovendo assim uma reeducação linguística e social, tão essenciais para a nossa sociedade.

## Referências

- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. Parábola Editorial, 2007.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. *Caro colega: exclusão linguística e invisibilidade*. In: *Discurso & Sociedad*, v. 1, n. 2, p. 230-246, 2007.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. Magda Lopes. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DIAS, Daise Lilian Fonseca. A crítica feminista e a questão de gênero. In: *Revista Ártemis*. Vol 9, dez 2008, p. 134-148.
- FERRAREZI JUNIOR, C. *Guia do trabalho científico, do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FRANCO, P. V. e CERVERA, J. P. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. 2006. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem>>. Acessado em 05 fev. 2020.
- GONÇALVES, Davi Silva. Por uma língua feminista: uma breve reflexão sobre o sexismo linguístico. In: *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, v. 4, n. 1, p. 99-115, 2018.
- HOUAISS, Antônio (Org.). *Dicionário Houaiss conciso*. São Paulo: Moderna, 2011.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira, Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. 389 p.
- LAURETIS, Tereza di. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Cristina (2006). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. Vol. 1. São Paulo: Contexto
- PAIVA, A *variável gênero/ sexo*. In: MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto. 2004.
- PIERUCCI, A. F. Do feminismo igualitarista ao feminismo diferencialista e depois. In: BRABO, T. S. A. M. *Gênero e Educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras*. São Paulo: Ícone, 2007. p.30 – 44.l